

A tensão utópica

Orfeu Bertolami

Departamento de Física e Astronomia
Faculdade de Ciências
Universidade do Porto

Desde sempre a imaginação dos escritores e dos filósofos tem dado origem a textos literários e ensaios políticos e filosóficos de cunho utópico. O principal objectivo destes textos de especulação política e construção social é resolver ou mitigar os aspectos mais nocivos da sociedade humana. Na República (380 A.C.) de Platão, a condução da sociedade e a resolução dos conflitos sociais é delegada a uma elite de filósofos, isenta de interesses e preparada para estar acima das paixões e tentações a que estão sujeitos os demais cidadãos. Em posição diametralmente oposta a esta oligarquia esclarecida, o ideal democrático iluminista defende que a generalização da educação e dos direitos, de cunho republicano e universal, transformaria todos os cidadãos em “filósofos esclarecidos” ao ponto de serem todos igualmente capacitados para o exercício do poder. O desenvolvimento científico e o “milagre” da educação laica e universal, corrobora abundantemente este paradigma, ainda que as sociedades baseadas nestes pressupostos não sejam completamente livres de contradições. A investigação histórica, sociológica e económica, é rica em análises sobre a origem dessas contradições e é consensual que estas são invariavelmente geradas por tensões de natureza histórica e social que propiciam ou potenciam os mecanismos económicos que agudizam as desigualdades sociais.

Entre o dirigismo tutelar da construção platónica e o ideário republicano de cariz iluminista há um grande número de variantes: da elite constituída pelas vanguardas revolucionárias, mais frequentemente de inspiração marxista, leninista ou maoísta (Karl Popper no seu influente livro, “The Open Society and its Enemies”, publicado em 1945, critica duramente estas vertentes e todas as inspiradas em Platão e Hegel), aos que depositam suas esperanças na construção de instituições que visam separar os instrumentos de governação e torná-los mais adequados aos tempos contemporâneos. Estas questões são de grande actualidade, dado que a complexidade das sociedades humanas hodiernas e das suas conectividades recíprocas, têm dado origem à ideia de que a governação deve ser exercida por indivíduos com competências muito específicas, muito frequentemente de natureza económica e de gestão, o que naturalmente, é por si só, uma profunda subversão dos princípios democráticos que, desde há séculos, têm

conduzido toda a operacionalidade das democracias ocidentais. A corrosão destes princípios, muito particularmente pela ideologia neo-liberal que tende a ser perigosamente hegemónica depois da derrocada dos regimes de inspiração soviética, é uma das questões mais inquietantes do nosso tempo.

Mas se as ideias que durante séculos têm guiado as sociedades modernas e os seus esforços para aplainar as desigualdades sociais são inviabilizadas pelo enviesamento de políticas baseadas em argumentos puramente económicos e tecnocráticos, então é expectável que o horizonte das construções sociais tenda a retroceder às formas mais conservadoras de organização social. Esta tendência é visível no recrudescimento da influência das religiões na organização política e social, ou evolua, ainda que imperceptivelmente, para o terreno das distopias.

A cultura contemporânea é rica em modelos distópicos, porém é no terreno do real que os modelos sociais opressivos, disfuncionais e distópicos são particularmente inquietantes, do nazismo ao comunismo soviético, das teocracias às sociedades completamente controladas pelo capitalismo neo-liberal totalmente desregulado. É particularmente ilustrativo o exemplo da mais sombria das distopias literárias, “1984”, de George Orwell, obra que publicada em 1949, é fortemente baseada nas vivências e reflexões de Orwell sobre a natureza do nazi-fascismo na sua expressão franquista, e da opressão soviética na sua versão estalinista.

Mas, se do ponto de vista literário e filosófico as utopias são o limite da imaginação sociológica, exercendo uma tensão que polariza constantemente os modelos políticos e sociais, para os cientistas, a noção de um ideal utópico envolve necessariamente um compromisso com os limites do conhecimento e com a racionalidade. Para um cientista, uma sociedade ideal é necessariamente um espaço social livre de desigualdades sociais, mas também um espaço onde se procura erradicar as doenças médicas e sociais, e que se edifica num ambiente ecologicamente sustentável, biologicamente plural, impulsionado por métodos produtivos não poluentes e movido por sistemas de conversão de energia limpos e amigos do ambiente. Claro está que para um cientista que se preocupa com a forma em como se repercute socialmente o seu trabalho, as considerações acima enumeradas são prioritárias relativamente às de interesse económico mais imediato, de modo que, frequentemente, os cientistas são considerados idealistas e irrealistas.

Mas, para além de jogar com as regras da realidade de modo a aperfeiçoar o mundo existente, a ciência, pela sua própria natureza de actividade moderadamente livre de condicionamentos sociais e ideológicos

(obviamente, é impossível estar-se completamente livre destes condicionamentos), cria espaços de reflexão totalmente novos e expande-os a escalas quantitativas e qualitativas para direcções completamente inusitadas. Freud foi o primeiro a referir que a ciência engendra uma força racional que naturalmente nos impele para além do pensamento antropocêntrico. Demonstrou que, em completa oposição ao pensamento teológico, a ciência expande o campo de visão da humanidade criando novos mundos conceptuais do micro ao macrocosmo, da dimensão inconsciente do mundo mental ao pós-humanismo, dos limites conceptuais da axiomatização matemática à inteligência artificial, da biologia molecular às terapias genéticas, etc. A mesma dimensão revolucionária também decorre da relatividade e da mecânica quântica, as duas teorias fundamentais da física do século XX. A revolução da relatividade tem lugar a vários níveis: na unificação de conceitos como espaço e tempo, massa e energia; na limitação da velocidade de transmissão da informação, e conseqüentemente da causalidade, à velocidade da luz; quando relaciona a estrutura do espaço-tempo à distribuição de energia local e globalmente, e contextualiza os fenómenos a uma descrição que está necessariamente associada ao referencial de observação. Quanto à mecânica quântica, a sua contribuição conceptual fundamental está associada à impossibilidade intrínseca de se conhecer simultaneamente variáveis como a posição e a velocidade com precisão arbitrária e de condicionar o conhecimento às limitações do processo de observação. Esta contextualização referencial e observacional, consideradas as devidas adaptações operacionais, tem também uma versão no seio das ciências sociais e a sua manifestação cultural mais imediata é a observação de que a cultura ocidental, de origem europeia, não é a única dotada da sofisticação conceptual para expressar as ideias de um tratado de filosofia ou de matemática, para transmitir os argumentos de um artigo de física teórica, etc. Na biologia, a revolução, cujas implicações hodiernamente ainda se fazem sentir, começou quando a estrutura e a função da molécula de ADN foi desvendada. E é no terreno fértil destas descobertas fundamentais é que a ficção científica adquire contornos particularmente interessantes. É por estar inserida entre a imaginação sociológica e o terreno flexível das leis físicas, biológicas e psicológicas ainda por desvendar que a ficção científica é tão estimulante. A ficção científica cavalga nas ondas das revoluções de conceitos e ideias, expandindo-as para os mais recônditos terrenos da imaginação. E é por esta razão que a ficção científica é particularmente ressonante para os cientistas, e, naturalmente, também porque a imaginação é a matéria prima do trabalho científico.

Mas, se para um autor a ficção científica e utópica pode ser um género literário sem as limitações usuais do mundo real, embora necessariamente

um exercício teórico e hipotético (exceção feita aos grandes textos políticos de natureza programática), o ponto de vista de um cientista é, no entanto, diferente, pois este situa a mobilidade nas fronteiras do mundo real. É provavelmente esta a razão que explica porque que são os cientistas tão críticos e sensíveis às desarmonias do nosso mundo. Para um cientista, a desigualdade social, para citar um exemplo muito concreto, é uma aberração intolerável, pois sabe que biológica, genética, antropológica e culturalmente nós somos todos semelhantes, ainda que individualmente únicos. E sob este ponto de vista, são os cientistas que, por entender integralmente que nós somos todos fundamentalmente iguais, ainda que submetidos a condicionamentos históricos, sociais e culturais distintos, se sentem particularmente mobilizados pela tensão utópica de transformar a humanidade e incorporar no seu funcionamento fracções crescentes de conhecimento científico e tecnológico. Para um cientista, o pensamento utópico é o horizonte do seu campo de visão, mas a expansão deste campo pressupõe que os conhecimentos científicos adquiridos já tenham sido transformados em bens sociais comuns, desfrutáveis por todos. E quando estes pressupostos não são alcançados, muito frequentemente são os cientistas os primeiros a desenhar estratégias que perspectivam os benefícios e malefícios do progresso em escalas temporais que excedem as dos fenómenos sociais mais comuns, das tendências e modas, dos ciclos políticos, etc.

Naturalmente, há exemplos históricos (e hodiernos!) que contradizem estas afirmações; o desenvolvimento das armas nucleares e a forma como o seu uso e controlo foi (e é!) rapidamente retirado da esfera de responsabilidade dos cientistas, é possivelmente o mais dramático; exemplos de menor impacto imediato, ainda que mais comuns e quotidianos, são os dos interesses financeiros na descoberta e difusão de fármacos, de meios de diagnóstico de doenças, etc., e para os quais o idealismo dos cientistas é considerado irrelevante e frequentemente obstrutivo. Mas mesmo nessas situações, os cientistas são frequentemente os que têm uma visão mais integrada da sociedade e que percebem que a descoberta de um fármaco ou de um método de diagnóstico beneficiará eventualmente a todos; e foram os cientistas, mais notoriamente Einstein, Russell, Rotblat, Born, Pauling, Joliot-Curie, Yukawa e outros, que através de um bem conhecido manifesto, entenderam a absoluta necessidade do controlo das armas nucleares, apesar da inevitável falibilidade de qualquer esforço prático nesse sentido. O mesmo pode ser afirmado relativamente ao controlo das armas químicas e bacteriológicas, das organizações médicas internacionais de assistência e apoio aos carenciados, etc.

A estas considerações, que me parecem quase consensuais, ainda que estritamente pessoais, permitam-me adicionar, à guisa de peroração, umas poucas linhas de cunho mais pessoal. A força do pensamento utópico está na sua capacidade de demonstrar, ainda que hipoteticamente, que a sociedade humana pode ser melhor e que, em oposição ao egoísmo e à sede de poder de alguns indivíduos, há soluções possíveis no seio das quais a justiça e a humanismo têm a palavra final. Parece-me importante voltarmos à origem das ideias essenciais sobre valores como a igualdade, a solidariedade e a fraternidade, para colocar as coisas em termos de uma importante revolução social cujas repercussões temos hoje uma perspectiva temporal suficientemente distante para analisar os seus benefícios e malefícios, e para reencontrarmos os meios de recolocá-los de volta no mundo concreto. Sob este ponto de vista, as utopias dão-nos a esperança de concretizar no mundo real os mais nobres ideais da humanidade; nas utopias, o mundo abre as suas portas à poesia e o paraíso é a escolha individual e o caminho colectivo a percorrer para o bem de todos. Para finalizar, parece-me interessante lançar o desafio de sugerir ao leitor de, em jeito de livre associação de ideias, dar asas à sua imaginação e invocar as imagens que lhe são mais caras quando se pensa no paraíso ou na utopia. A título estritamente pessoal, enumero as que me são mais caras: a lembrança do sorriso da minha filha; um pomar (relação muito directa à palavra hebraica, פְּרָדִים (pardes), que na Torah, é usada para designar o Paraíso, e que está na raiz desta palavra nas línguas latinas e anglo-saxónicas); a vista da floresta sob o olhar da cotovia em voo que me assalta quando oiço a peça “The Lark Ascending” de Vaughan Williams; o desligar-me do mundo como sugerido na 3ª canção de Ruckert de Mahler; uma linha de cálculo perfeita que permite chegar ao entendimento das coisas; umas linhas centrais e finais de Milton:

...

*The World was all before them, where to choose
Thir place of rest, and Providence thir guide:
They hand in hand with wandering steps and slow
Through Eden took thir solitarie way.*

Paradise Lost
John Milton (1667)

Porto, Julho 2015.